

Divulgação dos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU pelas empresas brasileiras

Marcelle Colares Oliveira (UNIFOR) - marcellecolares@unifor.br

Márcia Martins Mendes De Luca (UFC) - marcia@mmconsultoria.srv.br

Vera Maria Rodrigues Ponte (UFC) - vponte@fortalnet.com.br

João Ésio Pontes Junior (UNIFOR) - joaoesio@hotmail.com

Resumo:

Diversas são as iniciativas de instituições nacionais e internacionais no sentido de se chegar a um conteúdo de informações sociais que seja evidenciado pelas empresas e atenda às necessidades dos stakeholders. Em 2008, foi lançado o Guia de Elaboração de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais, da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborado com base no GRI, nas normas da OIT e da OCDE e alinhado às definições adotadas nas normas do IASB. O presente estudo tem por objetivo principal investigar a evidenciação de informações sociais pelas empresas brasileiras do Novo Mercado da Bovespa, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU. A pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, de natureza qualitativa, utilizando-se como ferramentas investigativas a pesquisa bibliográfica e documental. Na interpretação dos dados coletados, empregou-se a análise de conteúdo, tendo-se uma visão da preponderância da evidenciação de cada um dos indicadores da ONU pelas empresas brasileiras pesquisadas. Os resultados obtidos foram comparados com os de pesquisa de 2008 realizada pela ONU, que investigou a evidenciação dos seus indicadores por uma amostra de cem empresas de mercados emergentes. Observou-se que as empresas brasileiras pesquisadas evidenciam indicadores sociais recomendados no Guia da ONU, alinhando sua evidenciação a padrões internacionalmente aceitos. Observa-se, no entanto, que não foram evidenciados na mesma proporção os indicadores de desempenho não-financeiro, só mais recentemente recomendados.

Palavras-chave: *Evidenciação. Responsabilidade Social. Indicadores.*

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Divulgação dos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU pelas empresas brasileiras

Resumo

Diversas são as iniciativas de instituições nacionais e internacionais no sentido de se chegar a um conteúdo de informações sociais que seja evidenciado pelas empresas e atenda às necessidades dos *stakeholders*. Em 2008, foi lançado o Guia de Elaboração de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais, da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborado com base no GRI, nas normas da OIT e da OCDE e alinhado às definições adotadas nas normas do IASB. O presente estudo tem por objetivo principal investigar a evidenciação de informações sociais pelas empresas brasileiras do Novo Mercado da Bovespa, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU. A pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, de natureza qualitativa, utilizando-se como ferramentas investigativas a pesquisa bibliográfica e documental. Na interpretação dos dados coletados, empregou-se a análise de conteúdo, tendo-se uma visão da preponderância da evidenciação de cada um dos indicadores da ONU pelas empresas brasileiras pesquisadas. Os resultados obtidos foram comparados com os de pesquisa de 2008 realizada pela ONU, que investigou a evidenciação dos seus indicadores por uma amostra de cem empresas de mercados emergentes. Observou-se que as empresas brasileiras pesquisadas evidenciam indicadores sociais recomendados no Guia da ONU, alinhando sua evidenciação a padrões internacionalmente aceitos. Observa-se, no entanto, que não foram evidenciados na mesma proporção os indicadores de desempenho não-financeiro, só mais recentemente recomendados.

Palavras-clave: Evidenciação. Responsabilidade Social. Indicadores.

Área Temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social.

1 Introdução

A evidenciação de informações de natureza socioeconômica e ambiental pode ser de caráter qualitativo e quantitativo e procura mostrar as ações da empresa relacionadas ao meio ambiente, aos colaboradores e parceiros internos e externos e à sociedade. Via de regra, essa evidenciação se dá por meio do Balanço Social ou do Relatório de Sustentabilidade Empresarial, embora não haja um consenso sobre um modelo ideal para tanto, nem sobre seu conteúdo.

O Balanço Social, assim como o Relatório de Sustentabilidade, ganha força a cada ano, como reflexo do movimento de responsabilidade social empresarial que atravessa o planeta. Diversos países utilizam modelos próprios, cujos conteúdos, embora não sejam conflitantes ao redor do mundo, muitas vezes enfatizam determinados aspectos em detrimento de outros, como, por exemplo, nações que priorizam os aspectos ambientais e outras que destacam as relações de trabalho.

No Brasil, as empresas utilizam em maior proporção o modelo de Balanço Social do Instituto de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). No exterior, apesar da diversidade de modelos de Balanço Social, destaca-se aquele desenvolvido pela Global Reporting Initiative (GRI) – Iniciativa Global para a Apresentação de Relatórios. Ainda em âmbito internacional, em 2008 a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o Guia de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa, que recomenda a evidenciação de determinados indicadores nos relatórios anuais das empresas.

O presente estudo tem por objetivo geral investigar a evidenciação de informações sociais pelas empresas brasileiras, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da ONU.

Constituem objetivos específicos do estudo: a) apresentar a gênese e evolução, bem como as iniciativas relacionadas à evidenciação de indicadores da Responsabilidade Social Corporativa (RSC); b) apresentar modelos de indicadores de Responsabilidade Social Corporativa, também conhecidos como relatórios de sustentabilidade, relatórios sociais, balanços sociais; c) apresentar o Guia de indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU; e) analisar a evidenciação da Responsabilidade Social Corporativa por empresas brasileiras listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) selecionadas para a pesquisa, utilizando-se dos indicadores contidos no Guia da ONU.

O estudo caracteriza-se como exploratório, de natureza qualitativa, utilizando-se como ferramenta investigativa a pesquisa bibliográfica e documental. A análise dos dados coletados forneceu uma visão geral da evidenciação de cada um dos indicadores da ONU pelas empresas brasileiras pesquisadas. Os resultados observados foram comparados com os de pesquisa realizada pela ONU de 2008, que investigou a evidenciação dos indicadores do Guia da ONU por uma amostra de cem empresas de mercados emergentes (UNITED NATIONS, 2008b).

Considerando o Brasil como uma economia emergente e o crescente interesse de empresas, investidores, sociedade civil e outros *stakeholders* pela Responsabilidade Social Corporativa, este estudo constitui uma contribuição para a comunidade nacional e internacional, por identificar como as empresas brasileiras estão respondendo às necessidades de informações sociais dos *stakeholders*, por meio da evidenciação de indicadores de Responsabilidade Social Corporativa nos relatórios anuais e em outros veículos de comunicação.

2 Gênese e evolução da Responsabilidade Social Corporativa

Embora ainda não haja um consenso acerca do conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), observando-se até mesmo certo reducionismo, quando a Responsabilidade Social Corporativa é entendida como tão-somente o conjunto das ações sociais de uma empresa, o Business for Social Responsibility (BSR), uma das principais entidades mundiais relacionadas ao tema, considera que Responsabilidade Social Corporativa “se refere de forma ampla, a decisões de negócios tomadas com base em valores éticos que incorporam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, comunidades e meio ambiente” (BSR apud MACHADO FILHO, 2006, p. 24).

Sharfman (1994) afirma que, nos Estados Unidos do século XIX, a prática de responsabilidade social era rigorosamente regulada, caracterizando-se como transgressão ao papel legítimo da empresa qualquer ação que ultrapassasse os limites instituídos pela lei. Essa concepção sobre responsabilidade social começou a se modificar com a Constituição de Weimar, promulgada na Alemanha em 1919, que inaugura a idéia de “função social da propriedade”, instaurando as bases da Social Democracia (LOYOLA, 2007).

Além do notório caso Dodge *versus* Ford, em 1919, nos Estados Unidos, a Grande Depressão (1929) e a Segunda Guerra Mundial (1945), com suas repercussões socioeconômicas, forneceram elementos para autores como Berle e Means (1991) questionarem a noção de que a empresa era unicamente responsável por seus acionistas, vistos como meros passivos proprietários. Dessa forma, a expansão das corporações e o crescente aumento de seu poder sobre a sociedade levaram as cortes americanas a reconhecer que a Responsabilidade Social Corporativa não era incompatível com o arcabouço legal, mesmo quando esta não atendia aos interesses imediatos dos acionistas (ASHLEY, 2005).

O tema Responsabilidade Social Corporativa é relativamente recente, iniciando-se em 1953, com a obra Social Responsibility of the Businessman, de Howard R. Bowen

(CARROL, 1999 apud BARBOSA; LEMME, 2007). Entre os responsáveis pela disseminação do tema em países europeus e nos Estados Unidos na década de 1960, estão as rápidas mudanças socioeconômicas, que fornecem uma transparência antes não dada aos problemas sociais, e a conseqüente pressão dos diversos grupos de alguma forma afetados pelas organizações, para que estas passem a praticar ações socialmente responsáveis (CASTRO; SIQUEIRA; KUBRUSY, 2007).

No Brasil, ainda que inicialmente limitada ao plano das idéias e, portanto, sem se constituir em prática efetiva, a responsabilidade social empresarial remonta à década de 60, quando da criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ACDE) em 1961. A ACDE conseguiu, no período de 1967–1977, conclamar os empresários a tomarem consciência de suas responsabilidades perante a sociedade, contribuindo para a difusão do tema em todo o território nacional (TORRES, 2001; CALIXTO, 2007).

Na década de 80, movimentos como as greves do ABC Paulista, a Campanha pelas Diretas-já, o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição Federal, o fortalecimento dos sindicatos, o surgimento das Organizações Não-Governamentais (ONG), bem como as lutas relacionadas às questões raciais, feministas e ambientais, fortaleceram ainda mais a idéia de Empresa Cidadã no Brasil. Em 1981, foi fundado o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (Ibase), pelo sociólogo Hebert de Souza – o Betinho. Encerrando esse período, tem-se ainda a fundação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), em 1989, por uma parcela do empresariado paulista. Em 1993, Betinho lança a Campanha contra a Fome e a Miséria e pela Vida, ganhando força a idéia de uma ação social e ambiental mais efetiva por parte das empresas (TORRES, 2001; SHOMMER; ROCHA, 2007).

3. Iniciativas nacionais e internacionais de evidencição de informações sociais

No plano internacional, as iniciativas relacionadas à evidencição de informações sociais das empresas intensificaram-se com a Resolução n. 1.721 do Conselho Econômico e Social da ONU, em 1972. Através dessa resolução, promoveu-se uma pesquisa sobre o papel e os efeitos das multinacionais no processo de desenvolvimento dos países emergentes, incluindo a criação de um código de conduta especialmente voltado para essas empresas. No mesmo ano, foi publicado o balanço social da Singer, considerada a primeira publicação do gênero no mundo (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Em seguida, alguns governos europeus se sensibilizaram quanto à necessidade de tornar obrigatória a publicação de relatórios sociais. Em 1977, a França editou uma lei determinando que as empresas com mais de 299 empregados passassem a publicar um relatório anual contendo suas práticas trabalhistas. Em Portugal, a Lei n. 141, de 1985, criou um documento sobre o conjunto de informações em relação ao aspecto social das empresas, tendo como modelo o balanço social francês. Em 1996, um Decreto Real instituiu o balanço social na Bélgica, obrigatório para toda e qualquer empresa em operação naquele país. Desde então, o balanço social belga tem função decisória para o governo no que concerne à política de emprego (FREIRE; REBOUÇAS, 2001).

Na década de 90, a preocupação com a sustentabilidade cresce em ritmo ainda mais intenso. Em 1992, a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, gerou a Agenda 21, que implicou a elaboração de um documento no qual o conjunto das nações integrantes da ONU expressou seu compromisso com a mudança do padrão de desenvolvimento para o século XXI. Outra decorrência da Eco-92 foi a criação da International Organization for Standardization (ISO14000), que estabeleceu diretrizes para a regulamentação ambiental. Em 1996, foi fundado o Institute of Social and Ethical Accountability (ISEA), com o objetivo de promover inovações em prestação de contas, estimular o avanço de práticas de responsabilidade social empresarial, bem como alcançar uma maior transparência das organizações públicas e privadas (INSTITUTO ETHOS, 2007).

No ano 2000, a ONU promove o Global Compact, implementando dez princípios nas áreas de trabalho, direitos humanos, meio ambiente e combate à corrupção. Tal fato coincide com a publicação das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade do GRI que, dois anos depois, em 2002, são substituídas por uma nova versão – a G2. Em 2003, o ISEA lança a Accountability – AA 1000 Assurance Standard, um padrão de verificação de relatórios de sustentabilidade. Procurando mais uma vez aprimorar a divulgação das informações econômica, sociais e ambientais, em 2006 o GRI lança a terceira versão das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade – G3 (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Em 2003, a ONU promove seminários sobre relatórios sociais de empresas e verifica que a satisfação dos *stakeholders* com a qualidade e comparabilidade dos relatórios é baixa e que o aumento da demanda por essas informações exige um grande esforço por parte das empresas para satisfazer os stakeholders. Em 2005, o Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting – ISAR) relacionou os principais *stakeholders*, bem como as principais informações de que necessitavam (UNITED NATIONS, 2008)

Em 2006, o ISAR apresentou alguns indicadores sociais, assim como a metodologia aplicada em sua seleção, junto com suas conclusões. Na 24ª sessão do ISAR, em 2007, foi apresentado o Guia de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais (Guidance on Corporate Responsibility Indicators in Annual Reports) com o objetivo de propor uma metodologia visando orientar a preparação de relatórios sociais com base nos indicadores selecionados (UNITED NATIONS, 2008).

Em 1978, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides), que desde 1976 estudava o tema da responsabilidade social em parceria com a ADCE, apresenta uma proposta de balanço social para o país. Em 1984, a Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, apresenta, de maneira voluntária, o que se considera o primeiro balanço social de uma empresa brasileira. Nos anos subsequentes, empresas como a Telebrás e o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) passam a também publicar balanços sociais para dar visibilidade às suas ações sociais (IBASE, 2008).

Nos anos 90, tem-se uma ampla aceitação e disseminação da ideia de relatórios sociais e ambientais junto ao empresariado brasileiro. Ressalta-se ainda, em 1997, o lançamento de uma campanha pela divulgação anual do Balanço Social das Empresas de iniciativa do Ibase, com o apoio de empresas nacionais e estrangeiras e suas instituições de representação, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Gazeta Mercantil, um dos principais jornais especializados em economia (BONATTO; MAUSS; MAGALHÃES, 2007; IBASE, 2008).

Outra organização diretamente ligada à divulgação de informações sociais das empresas brasileiras é o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade, fundado por Oded Grajew em 1998. Dois anos após sua fundação, o Ethos lança o seu Guia de Elaboração de Relatório Anual de Responsabilidade Social Empresarial, a partir de estudos de diretrizes para relatórios do Brasil e do exterior. Até 2006, sua estrutura e conteúdo eram baseados nos relatórios sociais propostos pelo GRI e pelo ISEA, associados aos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social e ao modelo de balanço social proposto pelo Ibase. Em 2007, o Instituto Ethos passa a recomendar a utilização da versão de balanço social proposta pelo GRI em 2006 (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Em 1992, por meio do Parecer de Orientação n. 24/92, a CVM sugere a evidenciação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e no ano 2000, através do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP n. 01/00, incentiva a elaboração DVA segundo modelo proposto pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Contábeis Atuariais e Financeiras (Fipecafi) da Universidade de São Paulo (USP). Em 2005, a Resolução n. 1.010 do Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica 3.7 – Demonstração do

Valor Adicionado. Em 2007, a Lei n. 11.638, que introduziu alterações na matéria contábil na Lei das Sociedades por Ações, tornou obrigatória a elaboração e divulgação da DVA pelas companhias abertas. Em 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade divulgou o Pronunciamento Técnico n. 9 sobre a DVA, que foi referendado pela Deliberação da CVM n. 557, em 12 de novembro do mesmo ano.

3.1 Indicadores do Ibase

O modelo de indicadores sociais denominado Balanço Social (BS), lançado pelo Ibase em 1997, já sofreu três revisões, mas seu formato de uma página não foi alterado, para que ele não perdesse duas de suas principais características: a comparabilidade e a simplicidade. Atualmente o BS reúne 51 indicadores, dos quais apenas oito são qualitativos, o que evidencia seu caráter eminentemente quantitativo. Esses indicadores apresentam dados de dois exercícios anuais da empresa, distribuídos em sete categorias: Base de Cálculo, Indicadores Sociais Internos, Indicadores Sociais Externos, Indicadores Ambientais, Indicadores do Corpo Funcional, Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial e Outras Informações Relevantes (IBASE, 2008).

A Base de Cálculo, que serve de referência para os indicadores, reúne três grupos de informações financeiras: Receita Líquida, Resultado Operacional e Folha de Pagamento Bruta. Os Indicadores Sociais Internos dizem respeito tanto aos investimentos obrigatórios como aos voluntários que a empresa faz em relação aos seus empregados, como alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches e participação nos lucros. Já os Indicadores Sociais Externos são investimentos destinados à sociedade, como educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, segurança alimentar e creches (IBASE, 2008).

Os Indicadores Ambientais referem-se às contrapartidas financeiras destinadas, por exemplo, à inovação tecnológica ou programas de educação ambiental que a empresa implementa para compensar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades ou para viabilizar a preservação do meio ambiente de uma forma geral; além de possibilitar a evidenciação sobre a existência de programas ou ações ambientais não relacionadas diretamente com suas atividades, bem como indicadores qualitativos sobre metas de ecoeficiência (IBASE, 2008).

Os Indicadores do Corpo Funcional evidenciam como a empresa lida com questões como criação de postos de trabalho, utilização de terceirizados e presença de mulheres, negros e portadores de deficiência em cargos de chefia. Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial englobam as ações promovidas pela empresa e destinadas aos seus grupos de interesse, prioritariamente aquelas voltadas para o público interno, apresentando indicadores qualitativos. Outras Informações Relevantes referem-se, por exemplo, a declarações de não-utilização de trabalho infantil ou escravo, para se compreender como as práticas de responsabilidade são incorporadas pelas empresas (INSTITUTO ETHOS, 2007).

3.2 Indicadores do GRI

As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade do GRI foram lançadas originalmente no ano 2000. Em 2002 e 2006, respectivamente, elas sofreram revisões por meio de processos de validação consensual, contando com a ampla participação de empresas e entidades da sociedade civil de diversos países. A versão mais recente, denominada G3, tenta atender às expectativas dos diversos usuários de relatórios de sustentabilidade, apresentando indicadores em três dimensões: econômica, ambiental e social (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2006; INSTITUTO ETHOS, 2007).

A dimensão econômica da sustentabilidade trata dos reflexos das atividades da organização sobre as condições econômicas dos diversos grupos de interesse e sobre o sistema econômico, seja em âmbito local, nacional ou global. Dessa forma, os indicadores evidenciam o fluxo de capital entre os diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos sobre

a sociedade como um todo. A existência dessa dimensão no GRI, que se desdobra nos aspectos desempenho econômico, presença de mercado e impactos econômicos indiretos, justifica-se pelo fato de que as demonstrações financeiras, embora imprescindíveis, não fornecem todas as informações necessárias aos usuários dos relatórios de sustentabilidade, que desejam ser informados sobre a contribuição de uma empresa para a sustentabilidade de um sistema econômico de um ponto de vista mais amplo (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2006).

A dimensão ambiental da sustentabilidade, que se refere aos impactos da empresa sobre os organismos vivos e não-vivos, possui os seguintes aspectos: materiais; energia; água; biodiversidade; emissões, efluentes e resíduos; produtos e serviços, conformidade, transporte e geral. Por meio desses aspectos, pode-se ter uma noção da abrangência dos indicadores ambientais que englobam desde o desempenho de insumos, como material, água e energia, até o desempenho relativo à biodiversidade, com a especificação de habitats protegidos ou restaurados, passando pelo desempenho da produção, quando aborda, por exemplo, as iniciativas de redução de emissões de gases que provocam o “efeito estufa”, ou ainda a preocupação com o descarte total de água das empresas por qualidade e destinação (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2006).

Por sua vez, e ainda segundo o GRI (2006), a dimensão social da sustentabilidade subdivide-se em quatro subcategorias: práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Todas dizem respeito aos impactos provocados pela organização nos sistemas sociais com os quais interage.

As práticas trabalhistas e o trabalho decente baseiam-se em normas internacionalmente reconhecidas, como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, e contemplam os seguintes aspectos: emprego, relações entre os trabalhadores e a governança, saúde e segurança no trabalho, treinamento e educação e diversidade e igualdade de oportunidades. A subcategoria direitos humanos considera os aspectos relativos aos grupos externos (fornecedores e empresas parceiras) e internos (treinamento de empregados e pessoal de segurança em direitos humanos, não-discriminação, liberdade de associação, trabalho infantil, trabalho escravo e direito dos índios) (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2006).

Os indicadores de desempenho referentes à sociedade, por sua vez, possuem um foco na divulgação de como são geridos os riscos advindos das interações da organização com outras instituições sociais, priorizando informações sobre os riscos associados à corrupção, ingerência indevida na elaboração de políticas públicas e práticas de monopólio. Já os indicadores relacionados à responsabilidade pelo produto, que afetam diretamente os clientes, abordam os aspectos dos produtos e/ou serviços produzidos pela organização quanto aos itens saúde e segurança, rotulagem, conformidade, *marketing* e privacidade (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2006).

3.3 Indicadores da ONU

O Guia de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais, da ONU, foi elaborado com base no GRI e nas normas da OIT e da OCDE, e está alinhado às definições adotadas nas normas do International Accounting Standards Board (IASB) .

A primeira parte do Guia da ONU trata dos *stakeholders* e das informações de que eles necessitam. A segunda parte reúne os critérios de seleção dos indicadores, trazendo as características qualitativas (comparabilidade, relevância e materialidade, compreensibilidade, confiança e verificabilidade), os princípios (universalidade para maximizar a comparabilidade, capacidade de consistência na avaliação, orientação para desempenho mais que para processo e informações e contribuições positivas para o desenvolvimento nacional) e as limitações (custos e benefícios, confidencialidade e oportunidade).

A terceira parte do Guia da ONU enumera e classifica os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa, totalizando dezesseis, distribuídos em seis grupos: Comércio, investimentos e outros aspectos a eles relacionados; Criação de emprego e práticas laborais; Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos; Saúde e segurança; Governo e contribuições à comunidade; e Corrupção (UNITED NATIONS, 2008).

O primeiro grupo apresenta quatro indicadores: Renda total, Valor das importações x exportações, Total de novos investimentos e Compras locais. O total de receitas de uma empresa possibilita, por meio de um cálculo aproximado, que se tenha uma idéia de sua relevância para a economia em que está inserida. A importância do segundo indicador, principalmente para países em desenvolvimento, que precisam aperfeiçoar o gerenciamento de suas escassas reservas de moeda, consiste em que o valor das exportações de uma empresa em relação a suas importações evidencia o quanto esta contribui para o equilíbrio da balança de pagamentos do país onde desenvolve suas atividades. Novos Investimentos, tanto em bens tangíveis como em intangíveis, podem ter impactos positivos na economia, com o aumento da capacidade produtiva, e na sociedade, com a redução da pobreza. O valor das Compras Locais, por sua vez, possibilita dimensionar a extensão da ligação entre a empresa e a economia local (UNITED NATIONS, 2008).

Mão-de-obra total, Salários e benefícios aos empregados, Taxa de rotatividade e Porcentagem dos empregados abrangidos por acordos coletivos são os quatro indicadores que integram o grupo denominado Criação de emprego e práticas laborais. A magnitude do indicador Mão-de-obra total, quando analisado por tipo de emprego, contrato e gênero, evidencia tanto os efeitos positivos da criação de emprego, quanto os esforços da organização no combate à discriminação e respeito aos direitos humanos. Já o pagamento de Salários e benefícios aos empregados, por meio do seu efeito multiplicador na economia, favorece o desenvolvimento das comunidades em que vivem os empregados. A Taxa de rotatividade, ao possibilitar comparações entre empresas, reflete as práticas de recursos humanos adotadas. Por último, a Porcentagem dos empregados protegidos por acordos coletivos demonstra a possibilidade de se obter maiores barganhas trabalhistas, o que pode representar maior grau de desenvolvimento social (UNITED NATIONS, 2008).

O grupo Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos engloba três indicadores: Gastos em pesquisa e desenvolvimento, Média de horas de treinamento por empregado e Gastos com treinamento de empregados. Os Gastos em pesquisa e desenvolvimento são importantes, porque frequentemente resultam em vantagens competitivas. Intrinsecamente ligados à tecnologia estão (1) a Média de horas de treinamento por ano/empregado, analisada por categoria de emprego, e (2) os Gastos com treinamento de empregados por ano e por funcionário, analisados por categoria de empregado. (UNITED NATIONS, 2008).

O grupo Saúde e segurança possui apenas dois indicadores: Custo da saúde e segurança dos empregados e Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionadas ao trabalho. A Saúde e a segurança dos empregados são grandes responsabilidades da empresa, principalmente levando-se em conta o aparato legal de alguns países, e poucos investimentos nessa área podem significar baixa produtividade e prejuízo, sintomas de baixa qualidade gerencial. O valor do segundo indicador desse grupo reflete exatamente a importância que a empresa confere à saúde e à segurança de seus empregados, estabelecendo uma relação inversamente proporcional com o valor do primeiro (UNITED NATIONS, 2008).

Com dois indicadores, Pagamentos ao governo e Contribuições voluntárias à sociedade, conta o grupo Contribuições ao governo e à sociedade. O pagamento de impostos e taxas pelas empresas, percebido em termos de valor pelo indicador Pagamentos ao governo, assume grande relevância econômica na medida em que constitui significativo reforço para as finanças do estado. Muitas empresas fornecem suporte às comunidades que as acolhem por

meio de doação de dinheiro, produtos ou serviços. Essas contribuições podem resultar, por exemplo, na melhoria da infraestrutura local com saneamento, escolas e hospitais (UNITED NATIONS, 2008).

Concluindo a lista de indicadores do Guia da ONU, o grupo Corrupção traz apenas o indicador Número de condenações por violação de leis. Levando-se em conta a quantidade e o valor das multas pagas, esse indicador pode fornecer importantes informações aos *stakeholders* sobre as responsabilidades legais de determinada empresa (UNITED NATIONS, 2008).

4 Metodologia

O estudo caracteriza-se como exploratório, de natureza qualitativa, utilizando-se como ferramentas investigativas a pesquisa bibliográfica e documental. É considerada exploratória, porque não há estudos no país sobre a evidenciação de indicadores de Responsabilidade Social Corporativa pelas empresas brasileiras sob a ótica dos indicadores da ONU; é entendida como qualitativa, porquanto, em vez de grandes amostras e ferramentas estatísticas, estuda-se em profundidade esse tema através do exame de documentos publicados pelas empresas objeto da pesquisa. Para desenvolvimento do estudo foram levantados e examinados os relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade ou balanços sociais e informações adicionais relacionadas a investidores disponibilizadas nos portais eletrônicos das empresas; assim como nas Informações Anuais e Demonstrações Financeiras Padronizadas, no portal eletrônico da Bovespa. Foram consideradas as informações referentes ao exercício social de 2007.

Para melhor visualização e compreensão da análise de dados, o Quadro 1 apresenta os seis grupos de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa (aqui intitulados categorias de análise) e os dezesseis indicadores (intitulados subcategorias de análise) cuja evidenciação é recomendada pela ONU.

Categoria	Subcategoria
Comércio, Investimentos e Outros aspectos a Eles Relacionados	1. Faturamento Bruto Total
	2. Valor das Importações x Exportações
	3. Total de Novos Investimentos
	4. Compras Locais
Criação de Emprego e Práticas Laborais	5. Mão-de-obra Total – segregada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero
	6. Salários e Benefícios dos Empregados – segregados por tipo de emprego e gênero
	7. Número Total e Taxa de <i>Turnover</i> – segregada por gênero
	8. Porcentagem de Empregados Protegidos por Acordos Coletivos
Tecnologia e Desenvolvimento de Recursos Humanos	9. Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento
	10. Média de Horas de Treinamento por Ano por Empregado – segregada por categoria de emprego
	11. Gastos com treinamento por empregado e por ano – segregados por categoria de emprego
Saúde e Segurança	12. Custo da Saúde e Segurança dos empregados
	13. Dias de trabalho perdido devido a acidentes, lesões e doenças laborais
Contribuições ao Governo e à Comunidade	14. Pagamentos ao Governo
	15. Contribuições Voluntárias à Sociedade Civil
Corrupção	16. Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados a corrupção e valor das multas pagas ou a pagar

Quadro 1 – Categorias e subcategorias de análise (Fonte: Traduzido e adaptado da United Nations, 2008)

Com base nos Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU, foi elaborado um formulário, constituindo-se no instrumento de coleta de dados, cujo conteúdo

foi traduzido e adaptado do Guia da ONU. Esses formulários foram preenchidos com os dados de cada empresa e, posteriormente, agrupados, para possibilitar uma visão do todo.

Para coleta e interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, por meio da qual foram identificados nos documentos de cada empresa, conteúdos convergentes com aqueles recomendados no Guia da ONU acerca de cada indicador. Conforme Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Portanto, nos vários tipos de documento utilizados, foi investigada a presença, em termos gerais e em termos quantitativos, dos indicadores recomendados.

5 Análise da evidenciação de informações sociais pelas empresas brasileiras segundo os indicadores de responsabilidade social da ONU

Esta pesquisa estuda a evidenciação de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa, recomendados no Guia da ONU, por empresas listadas até abril de 2008 no segmento de listagem Novo Mercado da Bovespa (que em 2008 passou a ser denominada BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros), nível sujeito a adoção de maior quantidade de práticas de governança corporativa.

Para definição da amostra, adotou-se a classificação dos setores de atividade da CVM, que compreende 25 setores. Vale mencionar que cinco deles não possuíam empresas no Novo Mercado até o início da pesquisa. Assim, dos vinte setores que poderiam ser estudados, foram selecionados, de forma não probabilística, nove setores. A investigação de apenas nove setores é uma limitação do estudo que se justifica pelo número elevado de documentos que teriam que ser analisados de cada uma das empresas componentes da amostra. Os setores selecionados são apresentados no Gráfico 1. Após definição dos setores, foram identificadas todas as empresas pertencentes a cada um deles, obtendo-se uma amostra formada de 39 empresas do Novo Mercado.

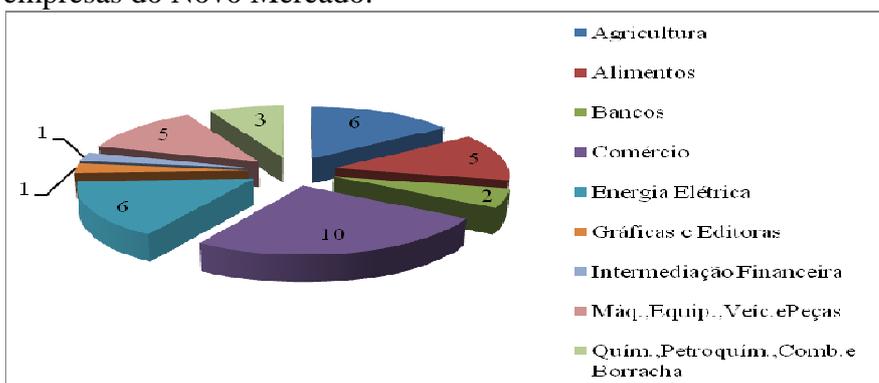


Gráfico 1 – Distribuição das 39 empresas estudadas por setor de atividade (Fonte: elaborado pelos autores)

Das 39 empresas pesquisadas, observou-se que vinte não utilizam um modelo específico de relatório social, enquanto dezenove utilizam pelo menos um, conforme detalhamento a seguir: três utilizam o BS do Ibase, a DVA e a GRI G3; oito utilizam pelo menos dois modelos, sendo que seis adotam o do Ibase e a DVA, enquanto dois preferem o modelo do GRI G3 e a DVA; e oito utilizam apenas um modelo, sendo que dois adotam o do Ibase e seis preferem a DVA. Portanto, a DVA é evidenciada por dezessete empresas, enquanto o BS do Ibase tem evidenciação em onze empresas e o GRI G3 nas cinco restantes. As vinte empresas que não utilizam os modelos apresentados no referencial teórico evidenciam suas informações sociais nos Relatórios da Administração, nas Notas

Explicativas, nos portais eletrônicos institucionais e em documentos específicos da Bovespa, enquanto as dezenove empresas que utilizam algum modelo diverso de informações sociais também complementam as informações recomendadas pela ONU nesses documentos.

5.1 Práticas evidenciadas: uma visão geral

Na coleta de dados, foram estabelecidos três diferentes pesos para classificar as informações evidenciadas de cada indicador: *zero* para nenhuma evidenciação; *um* para evidenciação parcial e *dois* para evidenciação completa. Essa classificação reflete as diferentes maneiras com que as empresas reportam os indicadores; algumas com o detalhamento sugerido no Guia da ONU e outras com menos detalhes.

A consolidação dos dados da pesquisa é apresentada no Gráfico 2, que fornece uma visão geral da evidenciação dos dezesseis indicadores de Responsabilidade Social Corporativa ONU pelas empresas estudadas.

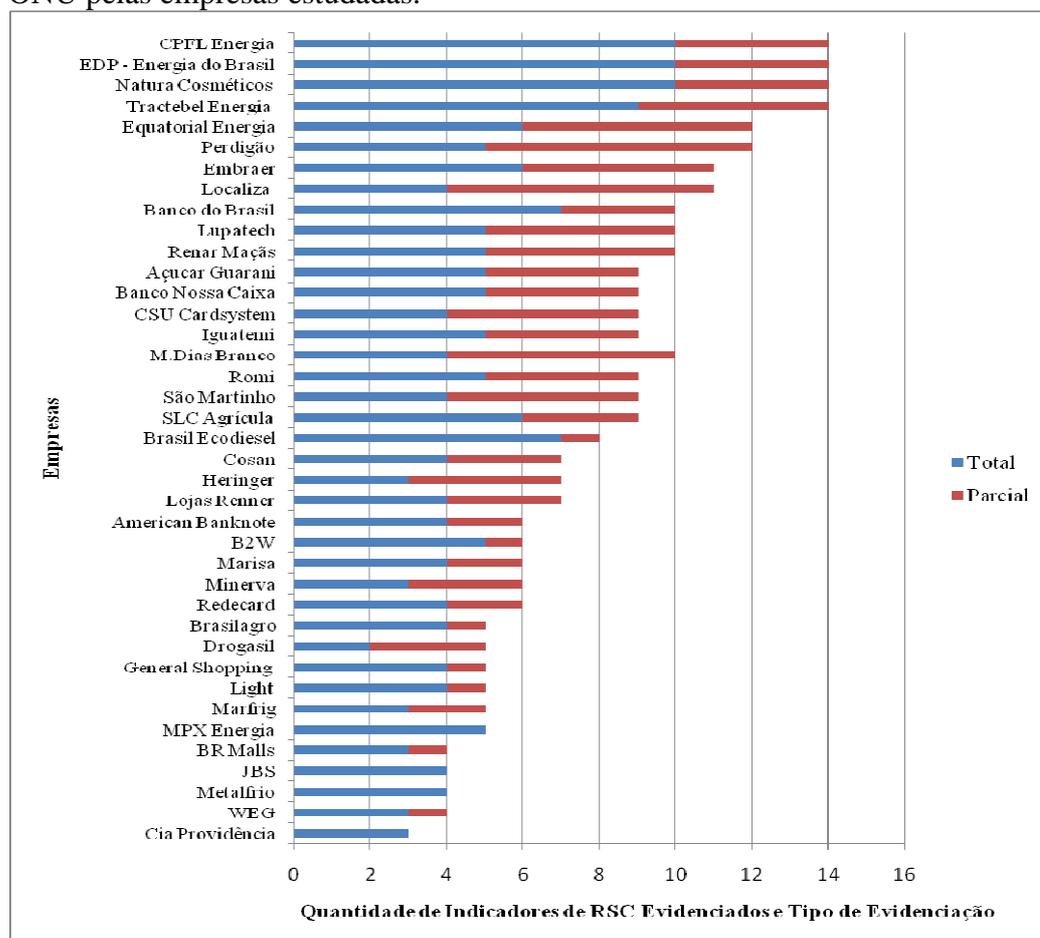


Gráfico 2 – Quantidade de Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa da ONU evidenciados pelas empresas estudadas e tipo de evidenciação (Fonte: elaborado pelos autores)

Observou-se que dos dezesseis indicadores, três e quatorze são, respectivamente, as quantidades mínima e máxima de indicadores evidenciados pelas empresas pesquisadas. Portanto, conclui-se que mesmo nas empresas em que há um maior grau de evidenciação desses indicadores, nem todos os dezesseis são evidenciados e nem todos são completamente detalhados segundo as recomendações da ONU. São apresentados a seguir os resultados da pesquisa por categoria de análise.

5.2 Comércio, investimentos e outros aspectos a eles relacionados

O Gráfico 3 apresenta a evidenciação dos indicadores referente a Comércio, investimentos e outros aspectos a eles relacionados: Faturamento bruto total; Valor das importações x exportações; Total de novos investimentos; e Compras locais.

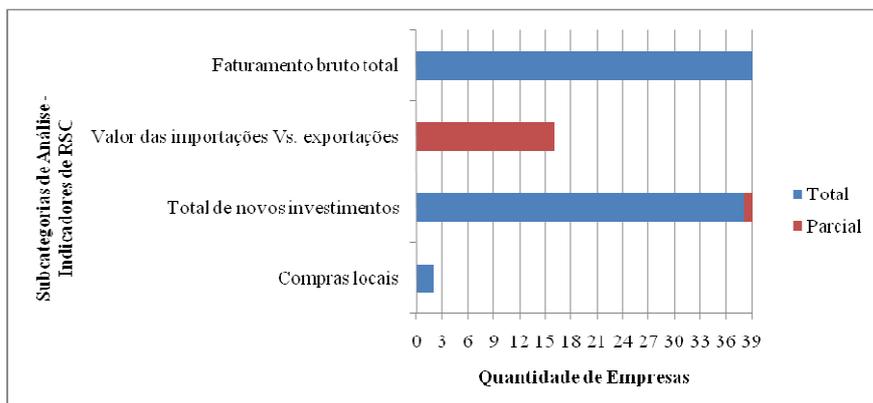


Gráfico 3 – Comércio, investimentos e outros: indicadores evidenciados e tipo de evidenciação (Fonte: elaborado pelos autores)

Na categoria de análise Comércio, investimentos e outros, observou-se que o Faturamento bruto total foi completamente evidenciado por todas as empresas, o que se explica pelo fato de as normas contábeis nacionais exigirem que ele seja divulgado na Demonstração do Resultado do Exercício; já Compras locais foi o indicador menos evidenciado, o que se explica pela não-exigibilidade de sua evidenciação nas demonstrações financeiras obrigatórias ou nas informações complementares exigidas pela Bovespa ou pela CVM. Curiosamente, as duas empresas que evidenciam essa informação pertencem ao setor Energia Elétrica, sendo uma delas controlada por um grupo franco-belga e a outra por uma empresa portuguesa que é uma das maiores operadoras europeias no setor energético. Logo, essas empresas podem estar sujeitas a normas ou pressões externas por esse tipo de informação, não necessariamente ocorrendo o mesmo com as empresas de capital brasileiro.

Considerando-se a adoção de outros modelos de indicadores, verificou-se que, além do faturamento bruto, dezessete empresas pesquisadas evidenciam o Valor Adicionado e sua distribuição com empregados, financiadores, acionistas e governo, bem como a parcela não distribuída.

Apesar da relevância do valor das exportações em relação às importações enquanto indicador da contribuição de uma empresa para a balança de pagamentos do país, apenas dezesseis empresas evidenciaram essa informação, sendo que três apresentaram o valor das importações e treze o das exportações; as outras 23 empresas pesquisadas não evidenciaram nenhum dado relacionado a esse indicador.

O valor dos novos investimentos de uma empresa pode causar um impacto social e econômico positivo e contribuir para o desenvolvimento da capacidade produtiva e redução da pobreza de uma nação, favorecendo a valorização da imagem da empresa. Essa pode ser a razão do resultado sobre a evidenciação desse indicador: 38 empresas apresentaram a informação, com detalhamentos sugeridos pelo Guia da ONU. Apenas uma empresa deixou de apresentar qualquer detalhamento.

A evidenciação dos indicadores dessa categoria de análise conduz às seguintes observações: no caso dos dois mais evidenciados, o Faturamento bruto total é objeto de norma que obriga sua evidenciação nas demonstrações financeiras e o Total dos novos investimentos ajuda na valorização da imagem da empresa; já os dois menos evidenciados, Valor das importações \times exportações e Compras locais, não são evidenciados por ausência de obrigatoriedade. Reforça esse argumento o fato de a DVA, por encontrar-se em vias de tornar-se obrigatória no exercício social seguinte ao das demonstrações financeiras consideradas neste estudo, passar a ser evidenciada por quase metade das empresas pesquisadas.

Os resultados obtidos nesta pesquisa sobre os indicadores da categoria de análise Comércio, investimentos e outros são comparáveis aos da pesquisa da ONU (UNITED

NATIONS, 2008b) sobre a evidenciação dos seus Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa pelas dez maiores empresas de dez mercados emergentes, já que todas as cem empresas daquela pesquisa evidenciam o Faturamento bruto total, 92 evidenciam o Total de novos investimentos e 25 dão evidência ao Valor de importações x exportações, enquanto dez evidenciam o valor das Compras locais. Vale destacar, no entanto, que nem todas apresentam estes três últimos indicadores completamente. Apesar de comparáveis, ressalta-se que as empresas brasileiras pesquisadas evidenciam Valor de importações x exportações e Compras locais em menor proporção.

5.3 Criação de emprego e práticas laboriais

O Gráfico 4 apresenta a evidenciação dos indicadores referente a Criação de Emprego e Práticas Laboriais: Mão-de-obra total, Salários e benefícios, Turnover, Acordos coletivos.

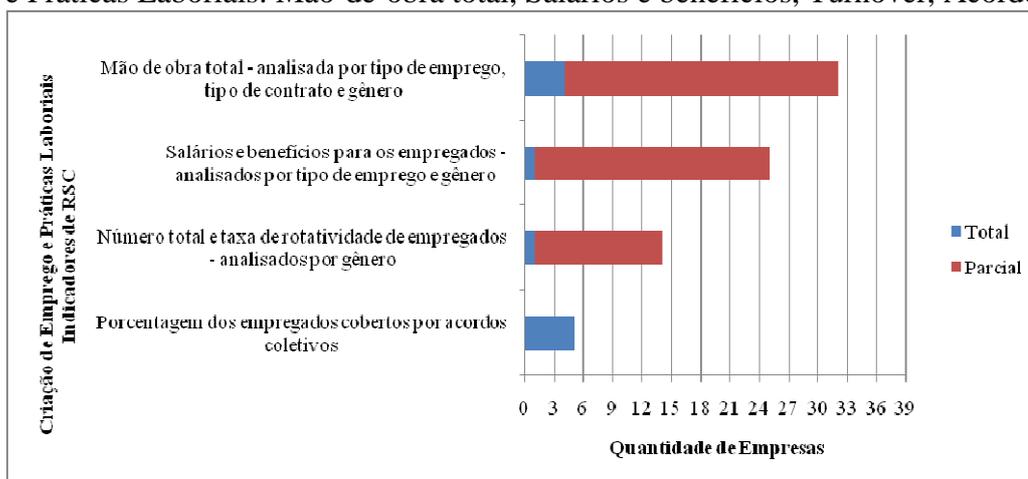


Gráfico 4 – Criação de emprego e práticas laboriais: indicadores evidenciados pelas empresas pesquisadas e tipo de evidenciação (Fonte: elaborado pelos autores)

A criação de empregos é uma das contribuições econômicas e sociais positivas mais relevantes que uma empresa proporciona ao país. Apesar disso, das 39 empresas pesquisadas, sete não evidenciaram nenhum dos indicadores recomendados pela ONU. Como mostra o Gráfico 4, 32 empresas pesquisadas evidenciam o número de seus empregados; desse total, quatro segmentam a informação por tipo de emprego, de contrato e gênero; e 28 apresentam algum tipo de detalhamento, mas não todos os recomendados pela ONU.

Com relação a salários e benefícios aos empregados, das 39 empresas pesquisadas, 24 evidenciam algum tipo de informação relativa a esse indicador, mas apenas uma empresa apresentou detalhamento por tipo de emprego e gênero.

A rotatividade reflete a segurança dos empregados e práticas trabalhistas de uma empresa, mas esse indicador foi evidenciado apenas por quatorze das empresas pesquisadas e ainda assim sem muita clareza ou detalhamento. Esse resultado é comparável ao do estudo realizado pela ONU (UNITED NATIONS, 2008b), em que de cem empresas, apenas quinze evidenciaram esse indicador, sendo que apenas nove delas apresentaram algum tipo de detalhamento, gênero ou motivo da rotatividade.

A Porcentagem de empregados cobertos por acordos coletivos reflete a capacidade de barganha e negociação dos empregados ou associações que os represente junto às empresas e o efeito social positivo da companhia. Das 39 empresas pesquisadas, apenas cinco evidenciaram informações sobre esse indicador. Esse resultado assemelha-se ao obtido na pesquisa da ONU (UNITED NATIONS, 2008b).

Pode-se afirmar que os indicadores Mão-de-obra total e Salários e benefícios estão mais presentes na evidenciação das empresas pesquisadas, até por tratar-se de informação geralmente revelada pelas informações financeiras obrigatórias. Já os indicadores só mais

recentemente incluídos em modelos para evidenciação de informações sociais são menos presentes no *disclosure* social das empresas pesquisadas.

5.4 Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos

O Gráfico 5 mostra a distribuição quantitativa das empresas que evidenciam informações sobre cada um dos três indicadores da categoria de análise Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos. Das 39 empresas pesquisadas, dezenove evidenciaram informações sobre o indicador Gastos com pesquisa e/ou desenvolvimento, sendo que treze delas informaram com o detalhamento recomendado pela ONU, enquanto seis limitaram-se a atender parcialmente essas recomendações. Assim como na pesquisa da ONU (UNITED NATIONS, 2008b), aproximadamente metade das empresas pesquisadas (49 de 100) reportaram seus gastos relativos a esse indicador.

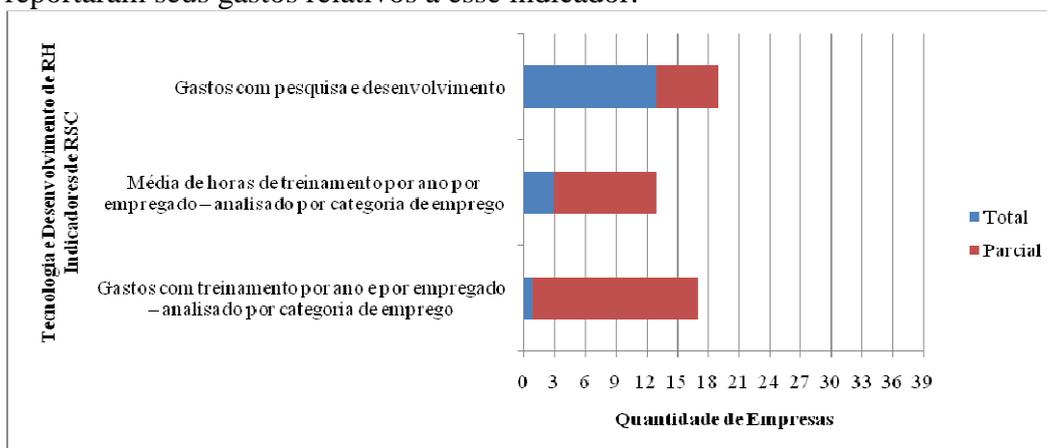


Gráfico 5 – Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos: indicadores evidenciados pelas empresas pesquisadas e tipo de evidenciação (Fonte: elaborado pelos autores)

O Guia da ONU distingue dois diferentes modos de medir o treinamento de empregados: pela média de horas de treinamento por empregado e pelos gastos com treinamento por empregado. Treze empresas evidenciaram a média de horas de treinamento por empregado e dezessete divulgaram os gastos com treinamento por empregado. Desses totais, apenas três e uma empresa, respectivamente, detalharam segundo a recomendação do Guia da ONU.

5.5 Saúde e segurança

Na evidenciação dos indicadores da categoria de análise Saúde e segurança, observou-se que quatorze das empresas pesquisadas evidenciaram informações relativas ao Custo da Saúde e segurança dos empregados e Dias de trabalho perdido devido a acidentes, lesões e doenças laborais, sendo dez delas completamente e quatro parcialmente.

5.6 Contribuições ao governo e à comunidade

Informações sobre Pagamentos ao governo foram evidenciadas por todas as empresas pesquisadas, já as Contribuições voluntárias à sociedade civil foram evidenciadas por trinta das empresas pesquisadas. Comparando-se esses resultados aos obtidos no estudo da ONU (UNITED NATIONS, 2008b), as empresas brasileiras pesquisadas evidenciaram tais indicadores em maior proporção, já que das cem empresas do estudo da ONU, 88 evidenciaram informações sobre Pagamentos ao governo, enquanto sessenta delas evidenciaram informações sobre Contribuições voluntárias. No Brasil, a evidenciação do primeiro indicador é obrigatória nas demonstrações financeiras tradicionais. Não há, no entanto, obrigatoriedade de evidenciação do segundo. Portanto, as empresas brasileiras estudadas têm maior nível de evidenciação desse indicador comparativamente às empresas pesquisadas pela ONU.

5.7 Corrupção

A prestação de informações sobre esse indicador mostrou-se a de menor grau de evidencição, com apenas um empresa evidenciando valores e descrevendo do que se tratava, enquanto outra empresa evidenciava apenas informações descritivas. Resultado semelhante foi obtido no estudo da ONU (UNITED NATIONS, 2008b), já que foi o indicador com menor grau de evidencição, com oito das cem empresas estudadas evidenciando informações a seu respeito.

6 Considerações finais

Os cinco indicadores mais evidenciados pelas empresas brasileiras pesquisadas, em ordem decrescente, foram: 1) Faturamento bruto total; 2) Total de novos investimentos; 3) Pagamentos ao governo; 4) Mão-de-obra total – analisada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero; e 5) Contribuições voluntárias à sociedade civil. À exceção deste último, há uma coincidência com os cinco indicadores mais evidenciados pelas dez maiores empresas de dez mercados emergentes segundo pesquisa realizada pela ONU em 2008. Os resultados obtidos sugerem que os indicadores sociais mais evidenciados são os já solicitados nas Demonstrações Financeiras Tradicionais ou nos Relatórios Sociais mais utilizados, como o Balanço Social do Ibase, no Brasil, a DVA ou o GRI G3.

Os cinco indicadores menos evidenciados pelas empresas brasileiras pesquisadas, em ordem decrescente, foram: 1) Média de horas de treinamento por ano por empregado – segregada por categoria de emprego; 2) Dias de trabalho perdido devido a acidentes, lesões e doenças laborais; 3) Porcentagem de empregados cobertos por acordos coletivos; 4) Compras locais; e 5) Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados a corrupção e valor das multas pagas ou a pagar. Os dois primeiros não fazem parte dos cinco indicadores menos evidenciados nos resultados obtidos na pesquisa realizada pela ONU em 2008. Os resultados obtidos sugerem que os menos evidenciados são os indicadores de desempenho não-financeiro, relativamente novos, apontando para a necessidade de reforço da cultura de evidencição de informações sociais, assim como de maior conhecimento das necessidades informacionais dos *stakeholders*, com vistas à sua satisfação.

Referências

- ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.) **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BARBOSA, Luciane N.; LEMME, Celso F. A relação entre responsabilidade social corporativa e criação de valor para os investidores: o caso da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras). In: ENCONTRO DA ANPAD, 31. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- BONATTO, Aline; MAUSS, Volnei; MAGALHÃES, Juliano M. Ética e responsabilidade social: um estudo comparativo do balanço social da empresa Eletrocar. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- CALIXTO, Laura. Responsabilidade social corporativa no Brasil: um estudo longitudinal. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- CASTRO, Fernanda A. R.; SIQUEIRA, José R. M.; KUBRUSY, Lúcia S. A influência da responsabilidade social corporativa no comportamento do consumidor na cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- FREIRE, Fátima; REBOUÇAS, Tereza Raquel. Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro. In: SILVA, César Augusto; FREIRE, Fátima (Org.) **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade** [S.l.], 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Balço social: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade**. São Paulo, 2007.

LOYOLA, L. M. Thomazoni. A empresa e a função social da propriedade. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br>>. Acesso em: 4 fev. 2009.

MACHADO FILHO, Cláudio P. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações – responsabilidade social, instituições, governança e reputação**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

SHARFMAN, M. P. Changing institutional rules: the evolution of corporate philanthropy 1883-1953. In: **Business and Society**. University of Oklaroma: Sage Publications Inc., Dez/1994, v.33 (3), p. 236-269.

SCHOMMER, Paula C.; ROCHA, Fábio C. da C. As três ondas da gestão socialmente responsável no Brasil: dilemas, oportunidades e limites. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

TORRES, Ciro. Responsabilidade social das empresas (RSE) e balanço social no Brasil. In: SILVA, César Augusto; FREIRE, Fátima (Org.) **Balço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

UNITED NATIONS. **Guidance on corporate responsibility indicators in annual reports**. United Nations: New York and Geneva, 2008.

UNITED NATIONS. **2008 Review of the reporting status of corporate responsibility indicators**. Reported by the UNCTAD secretariat. TD/B/C.II/ISAR/CRP.2. Distr.: Restricted, 31 October 2008b.